

# A ajuda que o Congresso pode dar

Ontem, na abertura da semana, as notícias internacionais se apresentaram mais tranquilizadoras para os mercados financeiro e de ações. As altas nas bolsas de Tóquio e Hong Cong refletiram-se positivamente nas bolsas ocidentais, ajudando a reduzir o clima de tensão com que se encerrou a semana passada. Sem dúvida, pelo menos dois fatos devem ter contribuído para isso. De um lado, as declarações de Alan Greenspan perante o Congresso americano, no final da última semana, das quais os operadores dos mercados internacionais deduziram que o governo norte-americano não poderá permitir que aconteça, num país importante como o Japão, desastre semelhante ao de outras bolsas asiáticas, pois isso afetaria pesadamente a própria economia dos EUA.

O segundo fato aliviador das tensões, noticiado no fim de semana, foi a nova posição, mais conciliadora, do governo do Iraque em relação à presença de americanos na comissão de inspetores da ONU, que já se refletiu ontem na redução das cotações do petróleo no mercado "spot".

É claro que esses acontecimentos não garantem por si sós um retorno à normalidade dos mercados, pois, como disse o ministro Pedro Malan no Uruguai, durante encontro que manteve com os ministros econômicos do Mercosul, o mundo vive um período de "turbulência sistêmica" e, embora se possa acreditar que "o pior já passou, essa turbulência vai continuar".

Não obstante, alguns dias de calma e tran-

quilidade podem ser preciosos neste momento para que os governos tenham tempo de reforçar as políticas defensivas que puseram em prática, um tanto afobadamente, nas emergências.

Nesse contexto, e no que se refere ao Brasil, é importante acompanharmos os trabalhos do Congresso Nacional nesta semana. A agenda está carregada, pois, além do exame das recentes medidas adotadas pelo governo, algumas delas polêmicas, como já se viu, outros assuntos estão na

**O importante no momento é demonstrar que o País pode superar os seus problemas**

pauta e o presidente da Câmara, Michel Temer, já declarou que o Congresso deverá trabalhar no final de semana para apressar as tramitações.

Assim, a reforma administrativa, cujo texto foi aprovado em primeiro turno na semana passada, deverá ser votada em segundo turno nesta quarta-feira, com a oposição declarando que pretende impedir o início da votação. A emenda que prorroga o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) também estará em segundo turno e o projeto que prorroga a cobrança da CPMF começará a tramitar no Senado. Quanto à reforma da Previdência que está na Comissão de Constituição e Justiça, não há previsão de que possa ser votada nesta semana.

A medida provisória com 73 artigos, que introduz modificações fiscais importantes, divulgada no sábado e publicada ontem no Diário Oficial, também será avaliada por uma Comis-

são Especial do Congresso e precisa ser transformada em lei ainda neste ano para que possa entrar em vigor no início do ano que vem.

Porém, o mais importante no momento nem é tanto o resultado final desses trabalhos e dessas votações, mas sim uma sinalização clara da parte do Congresso Nacional, conforme espera a equipe econômica do governo, de que o País está politicamente preparado e disposto a enfrentar situações de adversidade com determinação, podendo, assim, perfeitamente superar seus problemas internos e garantir a continuidade do programa de estabilização.

É isso, na prática, que dará ao mercado internacional, particularmente aos investidores de médio e longo prazo, a segurança de que o Brasil se esforça na direção correta do ajuste das suas finanças públicas e dos seus déficits em conta corrente, podendo, portanto, continuar garantindo a boa aplicação dos recursos que aqui aportem, sem reviravoltas e sem sobressaltos.

Conforme disse o secretário de Política Econômica da Fazenda, José Roberto Mendonça de Barros, em entrevista que publicamos ontem, a recuperação das expectativas que a economia brasileira oferece "vai por degraus", e um degrau importante para as próximas semanas seria justamente a sinalização que o Congresso possa dar ao mercado internacional, o que também forneceria ao próprio governo maior fôlego para implementar as medidas adotadas e avaliar seus primeiros efeitos.